



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/03/2011

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AVISO.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. SINDJUS.....	3



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ-MA.
End: Rua Rui Barbosa, S/n, Centro Cep: 65.900-440
Fone: (99) 3525-3388 Fax: (99) 35253375

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

A doutora **Diva Maria de Barros Mendes**, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível, respondendo pela 2ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo e Secretaria se processa a ação Execução nº 471-82.1996.8.10.0040, em que **Banco da Amazônia S/A** move em desfavor de **MADEIREIRA SOL NASCENTE LTDA e JORGE ANTONIO FERNANDES**. Este edital tem a finalidade de **INTIMAR** o depositário fiel o **Senhor RISONALDO FERNANDES SILVA**, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, em 15 (quinze) dias, contados do prazo assinado neste edital, apresentar os bens depositados sob sua guarda a saber: Uma plana de quatro faces com motor nº. 3617, marca omil; uma circular omil, uma taqueira omil e duas carrocerias madeiras. E, para que não seja alegado desconhecimento, mandou expedir o presente, que seja afixado no local público de costume, bem como publicado em jornal de grande circulação local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão aos vinte e cinco (25) dias do mês de janeiro (01) do ano de 2.011. Eu, _____, Antonio Martins de Araújo, Secretário Judicial, digitei, subscrevi e assino de ordem da MM. Juíza conforme art. 225, VI do CPC.

Antonio Martins de Araújo
Secretário Judicial da 2ª Vara Cível

Boa gestão I

O Tribunal de Justiça (TJ) homenageou sexta-feira os vencedores do “Prêmio de Gestão de Gastos e Responsabilidade Ambiental”.

O prêmio visa estimular gestões que consigam reduzir o consumo de energia, telefone, papel, água e combustível na Justiça estadual.

Ao todo, 143 unidades judiciais foram avaliadas e mais de 60% delas tiveram pontuação expressiva.

Boa gestão II

A grande vencedora do “Prêmio de Gestão de Gastos e Responsabilidade Ambiental” foi a Turma Recursal de Impe-ratriz.

Ela se destacou pelos esforços na redução do consumo de energia, telefone, papel, água e combustível. A segunda colocada foi a Comarca de Passagem Franca, e em terceiro, a Comarca de Santa Luzia.

A busca por mais eficiência na utilização dos recursos de infra-estrutura do TJM atende à Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entidades pedem apoio para aprovação de nível universitário dos oficiais de Justiça

O Sindicato dos Servidores da Justiça (SINDJUS), a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (FENAJUD), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), entre outras entidades de classe, realizarão na próxima quarta-feira (dia 30), na entrada da Assembleia Legislativa, às 9 horas, ato público em defesa da exigência de formação universitária para acesso ao cargo de Oficial de Justiça.

O objetivo da manifestação é divulgar os motivos a favor da manutenção da formação universitária para o cargo, não só entre os deputados, mas também para a sociedade.

O ato faz parte da estratégia das entidades de classe que apoiam essa luta e que pretendem com isso manifestar também seu apoio à emenda parlamentar elaborada pelos deputados César Pires (DEM), Valéria Macedo (PDT) e Carlinhos Amorim (PDT), que suprime o Artigo 01º do Projeto

de Lei Complementar 05/2010, que retorna o cargo de Oficial de Justiça do nível universitário para o nível médio.

O projeto foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça para a Assembleia Legislativa ainda no ano passado. Recentemente, mais de 20 deputados manifestaram-se favoráveis a manutenção da obrigatoriedade do diploma de nível superior. A questão será votada pelos deputados. Após a decisão da Assembleia, o projeto é encaminhado ao Poder Executivo e caberá à governadora Roseana Sarney a palavra final sobre o assunto. Os servidores e suas organizações de classe seguem atentos, acompanhando passo a passo a tramitação do projeto.

Durante toda a manhã, os sindicalistas entregarão aos parlamentares e interessados o material de campanha pela manutenção do nível universitário para acesso ao cargo de Oficial de Justiça, como também um manifesto à sociedade civil.